

**• ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE CARIACICA
GESTÃO 2022/2026**

Dados da reunião			
Local Sala da Diretora Presidente do IPC		Data 03/04/2024	Horário 08h30min
Participantes			
Diretora – Presidente do IPC		Juliana de Lima Silva Rodrigues	P
Conselheiros Titulares		Conselheiros Suplentes	
Rodrigo Garcia Giori	P	Priscilla Gracielli do Rosário	
Fernando Santos Macarineli		Bianca dos Santos Rangel Olindino	P
Jonas Ferreira Campos	P	Marco Antonio Igídio	
Jhawa Memelli de Moura	P	Sabrina Nascimento Dantas Miranda	
Paulo Cezar Peixoto	P	Maria Rosalina Ribeiro	
Menderson Rezende de Moura	P	Rogério Cipriano Moreira	
Danuza Matos Ribeiro	P	Maria Odete Marchesi Groberio	
Patrícia Luiza Sampaio Miguel		Charles Muniz Pereira	
Convidados			
Kamila Délis da Silva	P		
Objetivo			
Reunião Ordinária para tratar e deliberar sobre o seguinte assunto: • Aprovação da ata anterior; • Apresentação do Relatório de Investimentos do IPC 2023; • Avaliação Atuarial 2023; • Parecer do Conselho Administrativo do IPC.			

Encaminhamentos da reunião

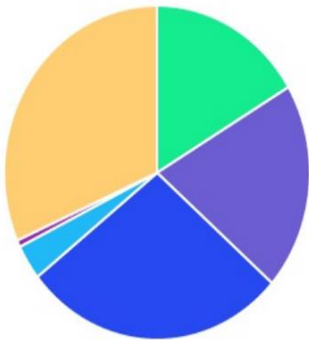
4º Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do IPC na data de 03 de abril de 2024, na sala da Diretora Presidente do IPC sob a direção da Diretora Presidente do IPC Juliana de Lima Silva Rodrigues. Presentes à reunião os conselheiros, Jhawa Memelli de Moura, Rodrigo Garcia Giori, Jonas Ferreira Campos, Paulo Cezar Peixoto, Menderson Rezende de Moura, Danuza Matos Ribeiro e Bianca dos Santos Rangel Olindino.

- Iniciada a reunião às 08h30min pela Presidente Juliana de Lima Silva Rodrigues, constatado o quórum, abriu-se os trabalhos dando boas vindas agradecendo a presença de todos. A Presidente convidou a servidora Kamila Délis da Silva para a relatoria da reunião, perguntando aos Conselheiros se havia alguma objeção à indicação. Não havendo objeção, ato contínuo, apresentou a pauta a ser analisada: Aprovação da ata anterior, Apresentação do Relatório de Investimentos do IPC 2023, Avaliação Atuarial 2023, Parecer do Conselho Administrativo do IPC.

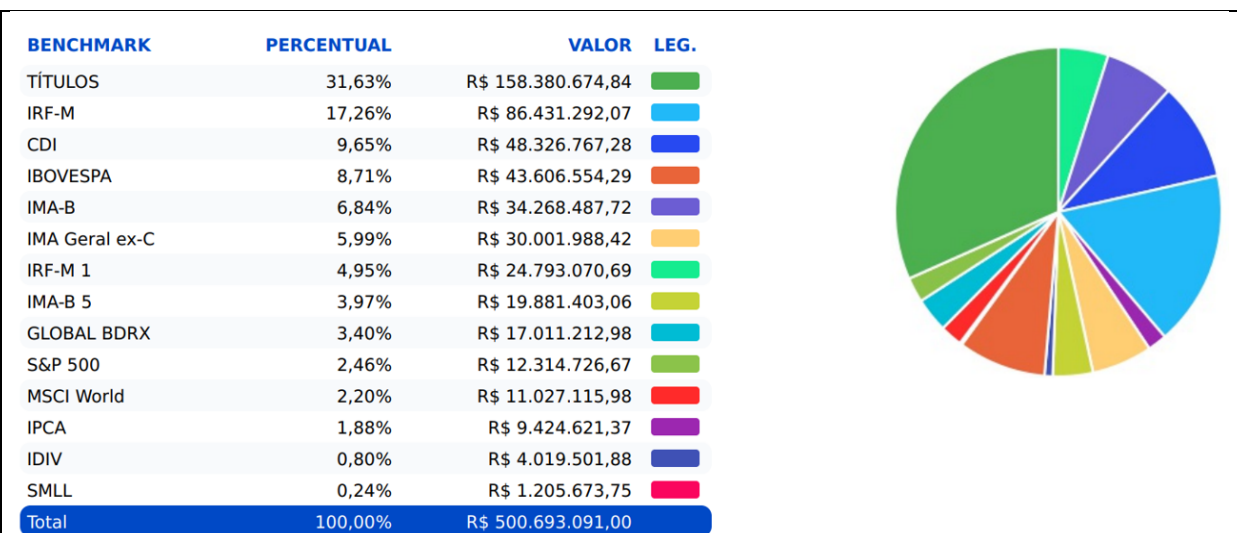
Considerando a pauta apresentada, passou-se à discussão dos assuntos do dia:

- **Aprovação da Ata Anterior:** A Ata foi devidamente enviada e não havendo manifestações contrárias, a ata foi aprovada por unanimidade.
- **Apresentação do Relatório de Investimentos do IPC 2023:** A Diretora Presidente iniciou reunião passando a palavra para o Sr. Vitor da empresa Lema Economia & Finanças, onde apresentou por videoconferência os resultados financeiros alcançados com os investimentos realizados pelo IPC, sendo seu maior percentual de investimento em títulos Públicos, conforme gráfico abaixo:

ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	31,63%	R\$ 158.380.674,84	
CAIXA ECONOMICA	27,83%	R\$ 139.324.743,90	
BB GESTAO	20,03%	R\$ 100.304.399,26	
BANESTES DTVM	16,44%	R\$ 82.335.224,39	
BEM - DISTRIBUIDORA	3,40%	R\$ 17.040.042,58	
BANCO BNP PARIBAS	0,66%	R\$ 3.308.006,03	
Total	100,00%	R\$ 500.693.091,00	



O Sr. Vitor explicou que o IPC possui uma carteira de investimentos diversificada com perfil conservador, a fim de diminuir o risco, sendo investido da seguinte forma:



Em relação a liquidez, caso precise resgatar esses investimentos temos os seguintes prazos e valores a liberar:

LIQUIDEZ	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
0 a 30 dias	67,50%	R\$ 337.960.764,28	
Acima 2 anos	31,63%	R\$ 158.380.674,84	
181 a 365 dias	0,46%	R\$ 2.324.448,22	
31 a 180 dias	0,40%	R\$ 2.027.203,66	
Total	100,00%	R\$ 500.693.091,00	

O IPC iniciou em Janeiro/2023 suas movimentações com R\$ 403.460.142,83 e encerrou Dezembro/2023 com R\$ 500.731.407,38, um aumento de 24,11% do patrimônio ao longo de 2023, considerando as contribuições e rentabilidades. O IPC superou a meta atuarial em 3,27 p.p.

Finalizando a apresentação, o Sr. Vitor informou aos conselheiros administrativos presentes que os processos decisórios das aplicações dos recursos são sempre avaliados e aprovados pelo Comitê de Investimentos com o apoio da LEMA (contrato assinado em junho de 2023) e que a análise dos riscos e a avaliação e acompanhamento do retorno dos investimentos foi realizada mensalmente através de relatórios específicos gerados pelo Uno e monitorados conjuntamente pelo Comitê de Investimentos e pela LEMA.

Encerrada sua apresentação, abriu espaço para dúvidas. O conselheiro Paulo fez a seguinte pergunta: Qual o montante total investido das carteiras apresentadas no início de 2023 e qual retorno líquido no final de 2023? Sr. Vitor respondeu que em Janeiro de 2023 o IPC iniciou seus investimentos com R\$ 403.424.730,43 gerando ao longo do ano um aumento de 13,32 % com saldo final de R\$ 500.731.407,38.

Sobre a previsão para este ano 2024, respondendo ao conselheiro Paulo que perguntou se a previsão é a mesma, o Sr. Victor informou que o 1º trimestre de 2024 iniciou ruim no ponto de vista de investimento, primeiro devido o desempenho do mercado desfavorável e segundo devido a alta da inflação.

O conselheiro Menderson perguntou se a inflação do 1º trimestre de 2024 foi maior que a do mesmo período em 2023. Sr. Vitor informou que no 1º trimestre de 2023 a inflação foi de 2,08% e no 1º trimestre de 2024 ficou em 1,41%, ficando a expectativa para dezembro em 3,8%.

O conselheiro Menderson pontuou que periodicamente é bom ocorrer essas atualizações dos investimentos realizados, a Diretora Presidente concordou e será feito trimestralmente.

Com todas dúvidas sanadas e comentários realizados, encerrada a apresentação.

- **Avaliação Atuarial 2023:** A Diretora Presidente iniciou a apresentação da Avaliação Atuarial 2023 realizada pela empresa ETA, contratada pelo IPC para fazer os cálculos atuariais, as provisões matemáticas e quando há déficits, são eles que informa. Todo levantamento que a ETA faz, envia para o Ministério da Previdência.

O presente estudo reuniu informações fornecidas pelo IPC relativa às características biodemográficas e administrativas da massa de segurados, associadas às demais informações de ordem financeira e administrativa do Instituto, aplicando procedimentos preconizados pela legislação vigente com a finalidade de demonstrar a situação financeira e atuarial do plano de benefícios previdenciários e estabelecer as bases necessárias à perseguição do equilíbrio financeiro e atuarial do plano. Com a utilização do LDA – Limite do Déficit Atuarial, calculado pela Duração do Passivo o resultado do Déficit a ser equacionado passa a ser R\$ 188.237.641,90 trazendo como resultado, um Superávit Atuarial de R\$ 14.821.226,42.

Segue abaixo, tabela com valores apurados pela Avaliação Atuarial 2023:

Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)

RESULTADO ATUARIAL	R\$
Ativos Garantidores do Plano	499.287.298,84
Provisões Matemáticas	873.368.973,81
Compensação Previdenciária	73.142.199,51
RESULTADO ATUARIAL	- 300.939.475,46

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Superavit	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva para Ajuste do Plano	0,00
Deficit	-300.939.475,46
Deficit Equacionado:	-203.058.868,32
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-203.058.868,32
Valor Atual da Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Deficit Atuarial a Equacionar	-97.880.607,14

A Portaria MTP nº 1.467/2022 oferece a possibilidade de se deduzir o Limite de Deficit Atuarial (LDA) do valor do deficit atuarial apurado na avaliação, conforme segue:

RESULTADO ATUARIAL	Valores com as alíquotas vigentes
Deficit Atuarial Apurado	-300.939.475,46
Limite de Deficit Atuarial (LDA)	112.701.833,56
Deficit Atuarial a Equacionar	-188.237.641,90
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	-203.058.868,32
Resultado Superavitário	14.821.226,42

Com o resultado superavitário de R\$ 14.821.226,42 não será necessário revisão do plano de amortização.

O conselheiro Menderson perguntou a diretora presidente se ao longo dos anos, o déficit tem aumentado, ela respondeu que sim devido a fatores que influenciam como expectativa de vida está aumentando, as pessoas estão vivendo melhor e com mais saúde, com isso passando a

usufruir do benefício de aposentadoria por um período maior, e outro fator é a não realização ainda da reforma da previdência.

O Conselheiro Jhawa também pontuou que a ausência de concursos públicos é um fator que contribui para o déficit. O conselheiro Paulo informou como exemplo do que o Jhawa disse, que o último concurso público ocorrido na Câmara de Vereadores de Cariacica ocorreu em 1982.

O estudo realizado pela ETA apurou que não houve alterações significativas no perfil atuarial; ocorreram dentro do esperado. Em relação ao exercício anterior, constatou-se a seguinte movimentação no quadro de segurados:

- Redução no quantitativo de segurados em atividade, com crescimento dos valores médios de remuneração;
- Aumento no quantitativo de aposentados, com crescimento dos valores médios de proventos de aposentadoria;
- Aumento no quantitativo de pensionistas, com crescimento dos valores médios de pensão.

A diretora presidente disse que o objetivo deste estudo é ver o nível de contribuições para fazerem uma previsão ao longo do tempo, se o que tem em caixa, irá suprir as aposentadorias futuras, pensões e benefícios, sendo muito importante para a gestão.

O estudo geral traz a Base Normativa, o Plano de Benefícios e Condições de Elegibilidade, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento, Hipóteses Atuariais e Premissas, Análise da base Cadastral, Resultado Atuarial, Custos e Plano de Custeio, Equacionamento do Deficit Atuarial, Custeio Administrativo, Análise do Comparativo das últimas Avaliações Atuariais, Avaliação e Impactos do Perfil Atuarial do RPPS, Parecer Atuarial Transcrito no DRAA, Parecer Atuarial Conclusivo e anexos que já estão disponíveis na íntegra no site do IPC no endereço:

<https://www.ipccariacica.es.gov.br/uploads/documento/13331/AbVbySABRzNZXDrOqx98k9KXRezqWFBq.pdf>.

O conselheiro Menderson perguntou sobre os outros RPPS da Grande Vitória se possuem também déficit em seus Institutos de Previdência. A diretora presidente respondeu que sim, porém não possuía os números em detalhes. O Conselheiro Jhawa por ter trabalhado no município da Serra, disse que o Instituto de Previdência da Serra (IPS) está mais deficitário.

Sobre a reforma da previdência, os conselheiros Jhawa e Menderson discutiram quais fatores poderiam ser alterados, Jhawa pontuou a questão do cálculo dos benefícios e Menderson sobre os direitos já adquiridos pelo trabalhador que poderão ser retirados. A diretora Juliana e o conselheiro Rodrigo acreditam quem com a reforma da previdência terá um superávit bastante favorável para os Institutos de previdência.

Finalizada a apresentação, o conselheiro Jhawa manifestou que o conselho não possui competência técnica para aprovar a avaliação atuarial, visto que, nos anexos encontrou algumas inconsistências. Juliana então disse, que os dados são os que constam no sistema e consultou a empresa que falou que certos dados não influenciam nas provisões matemáticas.

A conselheira Bianca, orientou para ser realizada as devidas correções e alterações no sistema e aprovarem. A diretora presidente informou que já conversou com o gerente de Benefícios para realizar as devidas alterações e acertos necessários.

Todos aprovam a Avaliação Atuarial 2023 e solicitam as devidas alterações e correções das informações no sistema dos dados dos Beneficiários do IPC.

• **Pareceres do Conselho Administrativo do IPC:** O conselheiro Jhawa pediu a palavra para manifestar quanto a falta de parecer do Conselho Administrativo quanto as leis e decisões do Poder Executivo no que influenciam o IPC, conforme o Pró Gestão orienta em relação a custeio.

Segundo o conselheiro, o reajuste que foi dado a todos servidores, ativos e inativos possui irregularidades quando ao princípio da equidade. Segundo ele, quem recebeu o reajuste do INSS irá receber também o reajuste de 5% dado pelo executivo municipal e outros só receberão os 5% dado pela Prefeitura. A diretora Juliana informou aos conselheiros que perguntou à Secretaria de Governo porque concedeu esses aumentos a todos, a informação dada foi que no ano de 2023 foi realizado o plano de cargos e salários e os aposentados que não tem paridade não foram contemplados, então foi dada a eles o direito ao reajuste de 5%. Para o conselheiro Jhawa, como não houve essa atitude nos reajustes salariais anteriores, ele acredita que devido ao ano eleitoral foi concedido a todos servidores ativos e inativos, com e sem paridade.

O conselheiro Rodrigo se manifestou dizendo que quanto a inconstitucionalidade caberia a procuradoria analisar tais fatos pois não cabe aos conselheiros a parte jurídica. Quanto ao parecer, concorda e opinou em encaminhar à Secretaria de Governo um ofício emitido por este conselho expondo a legislação, o manual do Pro Gestão no diz respeito a ciência e parecer dos Atos Administrativos do Poder Executivo que interfira em custeios para o IPC.

Para o conselheiro Menderson é importante o conselho em agir conforme a Lei, mostrando que se existe algo que não está em conformidade, o conselho administrativo precisa se posicionar formalmente.

Juliana informou que toda vez que pretendem realizar um reajuste, é realizado um estudo de impacto atuarial, e foi feito com todos os servidores ativos e inativos para ser feito a provisão matemática e enviado à Prefeitura Municipal.

A conselheira Bianca se manifestou dizendo que o conselho não tem competência jurídica para dizer sobre inconstitucionalidade, que foi feito todos os tramites administrativos, passando pela procuradoria do município, pela câmara municipal e aprovado, e não cabe ao conselho administrativo do IPC entrar neste mérito e que façam um ofício do conselho oficializando as irregularidades apontadas.

Após considerações, todos concordaram em enviar um Ofício a Secretaria Municipal de Governo mencionando os artigos da lei 1467/2022 e o Manual do Pró Gestão do que compete ao Poder Executivo solicitar parecer ao conselho Administrativo do IPC quanto a tomada de decisões que interfiram nos custos do Instituto de Previdência de Cariacica.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 9:45hn. Não havendo mais nada a tratar, eu, Kamila Délis da Silva, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.

• **Fechamento da reunião**

Data 03/04/2024 às 10h30min

Relator: Kamila Délis da Silva

Juliana de Lima Silva Rodrigues

Presidente do Conselho